



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº /14

(Do Sr. Domingos Sávio)

Solicita seja convocado o Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca dos investimentos na infraestrutura de escoamento da produção agrícola no país e do impacto da possível retirada dos alimentos do cálculo da inflação.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 50 da Constituição Federal e 219, I, § 1º e 2º do RICD, a convocação do Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, no âmbito desta Comissão, para discutir sobre a infraestrutura de escoamento da produção agrícola e o impacto da possível retirada dos alimentos do cálculo da inflação.

JUSTIFICAÇÃO

O noticiário econômico nacional e internacional têm feito duras críticas à economia brasileira. Vivemos um momento de baixo crescimento, inflação alta, balança comercial negativa, dificuldade no cumprimento das metas fiscais e custo de produção alto.

O chamado custo-Brasil tem sido apontado como uma das principais deficiências que seguram o crescimento. A infraestrutura deficiente de ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos encarecem demasiadamente os produtos brasileiros, principalmente os agrícolas, que são produzidos em regiões mais distantes dos centros consumidores. Além disso, perde-se competitividade em relação a produtos estrangeiros, afetando diretamente a balança comercial.

A *The Economist*, respeitada revista econômica britânica, alertou, em junho do ano passado, que o Brasil abandonou a fórmula do sucesso do país, instituída a cerca de 20 anos atrás, chamada de tripé



CÂMARA DOS DEPUTADOS

econômico: metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. Em dezembro de 2012, a própria publicação já tinha sugerido a demissão imediata do Ministro Guido Mantega.

Segundo a revista, após a crise de 2008, ano em que as principais agências de classificação de risco internacionais concederam o grau de investimento ao Brasil, o Governo Federal se distanciou das políticas até então bem sucedidas e aumentou o intervencionismo na economia. Além disso, elevou a concessão de empréstimos por bancos estatais e o desistiu de reformas mais profundas.

Com a consequente transformação do crescimento em estagnação, as pressões do Governo convergiram para que o Banco Central diminuísse a Selic. Quando a inflação se aproximava do topo da meta, a Presidenta Dilma afirmou que estava mais preocupada com o crescimento.

Para incentivar o desenvolvimento, desencadearam-se diversos incentivos fiscais, mas o Governo não conseguiu equilibrar com o corte de gastos, dificultando o cumprimento das metas fiscais. A partir daí, “manobras contábeis” passaram a ser usadas para fechar as contas.

Esta contabilidade criativa foi um dos motivos citados pela agência *Standard & Poor's* a rebaixar o *rating* do país no dia 24/03/2014. Segundo seu relatório, a meta de superávit não tem sido cumprida e métodos duvidosos têm sido aplicados em seu cálculo.

Como se não fosse o bastante, matéria de *O Globo* de 23/04/2014 informa que a equipe econômica do governo pretende ampliar a contabilidade criativa para o cálculo da inflação. Segundo este jornal, técnicos do Governo estariam estudando a exclusão dos preços dos alimentos do cômputo do IPCA, justamente no momento em que o índice está perto de estourar o teto da meta. Trata-se de medida inoportuna que visa maquiar mais um indicador econômico, desgastando ainda mais a imagem do Brasil no exterior. Ressalta-se que tal medida já foi utilizada sem sucesso na época do governo militar e no governo Sarney.

O *Financial Times*, em 26/03/2014, analisando o corte do *rating* brasileiro, observou também o baixo crescimento, o alto endividamento das companhias privadas em moeda estrangeira e a baixa taxa de investimento. Segundo o FT, o PIB cresceu com vigor até 2010, mas avança devagar atualmente e tem expectativa de crescimento futuro baixo, muito inferior ao potencial brasileiro e as suas necessidades.

Quanto às contas externas, alertou para o forte endividamento das companhias privadas brasileiras em moeda estrangeira. Apesar das grandes reservas cambiais do país, este é um ponto de vulnerabilidade da nossa economia.

Em relação ao investimento, o FT destacou que a taxa de investimento de 18% do PIB não é suficiente e que os programas desta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

natureza dificilmente se materializam. Isso num momento em que infraestrutura é um dos maiores gargalos ao desenvolvimento do país. As rodovias sem manutenção, a falta de ferrovias, os portos sucateados e os aeroportos obsoletos encarecem o escoamento da produção agrícola e industrial, resultando em aumento da inflação e redução da competitividade dos produtos nacionais.

Assim, as questões internas reforçam o sentimento negativo com o Brasil mais do que as externas, em decorrência dos desajustes no campo fiscal, enquanto foram reveladas as manobras para o governo fechar as contas através da contabilidade criativa. O PIB desacelerou e os estrangeiros deixaram o Brasil um pouco de lado como o destino preferido. Para completar o quadro, os riscos de um racionamento de energia batem à porta do País, o que pode desacelerar a economia em cerca de 1,6 ponto percentual caso realmente ocorra, segundo o *Barclays*.

Esse cenário é reconhecido pelo Ministro da Fazenda e pela Presidenta Dilma Rousseff. Prova disso é a declaração do Sr. Guido Mantega em 11/12/2013, que afirmou que “a economia brasileira cresce manca das duas pernas”. Apesar de admitirem a situação adversa, ambos insistem no modelo assistencialista e intervencionista, agravando o quadro econômico.

Considerando que a proximidade das eleições fará com que o Governo eleve ainda mais seus gastos e evite medidas necessárias ao equilíbrio fiscal, é essencial a presença do Ministro da Fazenda nesta Casa para esclarecer ao país a atuação danosa do Governo no âmbito macroeconômico, em especial quanto ao escoamento da produção agrícola, exclusão do preço dos alimentos dos índices de inflação e responsabilidade fiscal.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.

DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO
PSDB/MG